

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte	formal de Bera	Class.:	393
Data	U25/11/90	Pg.: _	

Líderes indígenas vão a Passarinho protestar

Zenaide Azeredo

Revoltados com a tese de emancipação levantada no documento preparado pela Funai e outras áreas do governo sobre a nova política indigenista, lideranças xavante, bakuiri, guarani, bororo e terena foram ontem ao Ministério da Justiça. Os índios querem que Jarbas Passarinho aguarde a contraproposta ao documento, a ser preparado pelas comunidades indígenas, antes de transformar o relatório interministerial em projeto de lei.

"O texto está muito confuso, não conseguimos entender nada e tememos que, por detrás dessa proposta de emancipação, existam interesses dos grupos latifundiários e uma idéia governamental de regionalização da causa indigena", afirmaram o guarani. Uirapuitã, o bororo Odenir, o bakuiri Taukane e o xavante Juruna, ao apresentarem sua reclamação ao chefe de gabinete do ministério, Antônio Pojo.

O documento, já encaminhado a Passarinho, qualifica o atual papel do Estado junto às populações indígenas como "paternalista" e "obsoleto", propondo a adoção legal de "mecanismos automáticos de emancipação do cidadão indíge-

na da tutela civil, ressalvado o direito de opção a ser mantido no estado tutelar".

O relatório interministerial define diferenças entre tutela pública — "responsável pela defesa dos direitos indígenas e, portanto, insusceptível de emancipação" — e tutela civil — exercida pelo ministério público e, portanto, "instrumento de assistência à manifestação da vontade do cidadão indígena". Neste sentido, propõe uma revisão da legislação referente à tutela do Estado sobre o índio, partindo do pressuposto que "incapacidade relativa para a prática de atos civis deveria deixar de existir, uma vez atingidas as condições necessárias na forma da lei".

O índio guarani Uirapuitā disse temer a regionalização da causa indígena através desse capítulo do relatório e acusou ainda o documento de querer isolar as comunidades em colônias, verdadeiros loteamentos".

O chefe de gabinete do ministro, Antônio Pojo, encaminhou as lideranças indígenas ao secretário executivo, Paulo Sotero, e foi obrigado a ouvir, em língua xavante, os protestos do cacique Celestino. Ele exigia um tratamento de chefe, razão pela qual queria ser recebido pelo ministro Jarbas Passarinho.